



CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Rua Farinha Filho, nº 50
Centro
Nova Friburgo - RJ

10/09/2019 15:07:14

Processo nº: 139/2019
Data: 10/09/2019 15:03:22
Folhas n.º 02 Rubrica:

Comprovante de Protocolização

Senha consulta internet: 13588
Endereço:

Nº Processo: 139/2019

Data de Abertura: 10/09/2019

Procedência: EXTERNA

Secretaria: CÂMARA

Destino: PRESIDENCIA

Código Requerente: 4607

Nome Requerente: NOVIDADE TV LTDA.-ME.



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 12 FIS. 243
PRESIDENTE DA C. P. L.

Setor Requerente:

Endereço: Maranhão

CPF/CNPJ: 13321125000165

Município:

Bairro: Bela Vista

UF:

Telefone:

Cep: 28600000

email: novatv@novatvfriburgo.com.br

Assunto: ENC.RECURSO AO PROC.LICIT. MOD.CONC. 001/2019

Setor Requerente:

Súmula: PROC.LICITATÓRIO MOD. CONCORRÊNCIA Nº 001/2019.



CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Rua Farinha Filho, nº 50
Centro
Nova Friburgo - RJ



139/2019

Prezado(a) Senhor(a) NOVIDADE TV LTDA.-ME.,

Comunicamos que o registro abaixo foi efetuado com sucesso e que o mesmo já foi encaminhado para o(s) devido(s) setore(s) competente(s) para as devidas providências.

Nº Processo: 139/2019

Data de Abertura: 10/09/2019

EXTERNA

Procedência:

Secretaria: CÂMARA

Destino: PRESIDENCIA

Código Requerente: 4607

Nome Requerente: NOVIDADE TV LTDA.-ME.

Setor Requerente:

Endereço: Maranhão

CPF/CNPJ: 13321125000165

Município:

Bairro: Bela Vista

UF:

Telefone:

Cep: 28600000

email: novatv@novatvfriburgo.com.br

Assunto: ENC.RECURSO AO PROC.LICIT. MOD.CONC. 001/2019

Setor Requerente:

Súmula: PROC.LICITATÓRIO MOD. CONCORRÊNCIA Nº 001/2019.

Senha consulta internet: 13588

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO-RJ.



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 92 Fls. 244

PRESIDENTE DA C. P. L.

Proc. Licitatório Mod. Concorrência nº 001/2019

NOVIDADE TV LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.321.125/0001-65, estabelecida na Rua Maranhão, nº 68, fundos, bairro Bela Vista, na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, representante legal Dr. Marconi Jair da Silva Medeiros, OAB/RJ nº 161.471, vem, por meio de seu representante legal e advogado, Dr. Marconi Jair da Silva Medeiros, OAB/RJ nº 161.471, com fulcro no art. 109, §3 da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos pertinente à matéria, apresentar as

CONTRARRAZÕES

em razão do Recurso interposto pela licitante G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS, contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação, que habilitou, acertadamente, a Novidade TV Ltda. Segue, em anexo, as contrarrazões.

N. Termos,

P. Deferimento.

Nova Friburgo, 09 de setembro de 2019.



Dr. Marconi J. da S. Medeiros
Dr. Marconi J. da S. Medeiros
OAB/RJ nº 161.471

DAS CONTRA-RAZÕES DO RECURSO**Proc. Licitatório Mod. Concorrência nº 001/2019****Recorrente:** G. A. C. da Silva Produções Audiovisuais e Pesquisas

Representante legal Geiziele Aparecida Cabral da Silva

Recorridas: **NOVIDADE TV LTDA e Comissão Permanente de Licitação**

Rep. Legal: Dr. Marconi Jair da S. Medeiros

Senhor Presidente,

PRELIMINARMENTE, requer o não conhecimento do presente Recurso, uma vez que o mesmo foi dirigido à Presidente da Comissão Permanente de Licitação, contrariando o art. 109, §4 da lei 8666/94. que, *in verbis* é o que diz:

art.109, §4º **O RECURSO SERÁ DIRIGIDO À AUTORIDADE SUPERIOR, por intermédio da que praticou o ato recorrido,** a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
(grifos nossos)

Portanto, o Recurso não deve ser conhecido, uma vez que o recurso foi dirigido a CPL, autoridade hierarquicamente inferior, a qual fica adstrita em reconsiderar a sua própria r. decisão.

PRELIMINARMENTE, o Recurso não preenche os pressupostos legais, uma vez que a Recorrente em seu pedido, postula anular o ato da CPL, porém, em sua causa de pedir não aponta nenhum vício procedimental, ou seja, não discorre que foi cerceada na sua ampla defesa, contraditório e violação ao devido processo legal. A Recorrente apenas discorre sobre questão de Mérito, e, questão de mérito, não se anula, mas se reforma a



decisão. Neste diapasão, não é possível atender o pedido da Recorrente, já que esta não apresentou nenhum vício procedimental que possa anular a r. decisão da CPL, há uma incongruência lógica entre a causa de pedir e pedido, por isso, o Recurso não dever ser conhecido, por ser inepto, falta de interesse, a narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão do pedido. Neste sentido assim, aduz o art. 330, inciso I e §1º, incisos III e IV do CPC:

Art. 330. A petição inicial será indeferida quando:

I - for inepta;

§ 1º Considera-se inepta a petição inicial quando:

I - lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II - o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

III - **da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;**

IV - **contiver pedidos incompatíveis entre si.**

(grifos nossos)

NO MÉRITO

Cuida-se de Recurso interposto pela Licitante G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS, em que esta ataca, sem fundamento, a r. decisão da Comissão Permanente de Licitação, que, acertadamente, habilitou a **NOVIDADE TV LTDA**, sob as seguintes alegações pueris, em síntese, levantadas pela Recorrente:

- 1) Jornalista não possui registro;
- 2) A licitante não apresentou CAT;
- 3) As certidões apresentadas pela licitante da Fazenda Municipal não comprovam regularidade fiscal perante o ente.

Em relação aos itens:

1) o Instrumento Convocatório requereu um jornalista registrado. Nada mais que isso! A recorrida apresentou um jornalista registrado, e pelo bom zelo da profissional apresentada, esta carreu frente à licitante a declaração de experiência técnico-profissional expedida por pessoa jurídica de direito privado, exigida no V.01.03, "c", apresentando o seu registro, mesmo não sendo exigido

10

pelo Edital o registro e em qual entidade deve ser registrada, como se verifica na fl. 253.

A recorrente enfrenta tal declaração com "certa estranheza", pois as declarações ou atestados da maioria de seus profissionais foram expedidas pela própria recorrente, ao contrário desta licitante que apresentou declarações como verdadeiros instrumentos de prova, fundada substancialmente na impessoalidade, sem emitir documentação técnico-profissional em proveito próprio.

O Instrumento Convocatório foi lúme o suficiente a fim de exigir documentação de forma objetiva. O anexo III é fundamento de tal afirmativa quando se enfrenta o requerimento da apresentação da Certidão de Acervo Técnico. A administração manifestou-se EXPRESSAMENTE na obrigação de apresentar a CAT do engenheiro vinculado ao quadro de profissionais.

Destarte como em nenhum momento o edital exigiu apresentação do registro da jornalista, mas mesmo assim foi apresentado o número do registro na DRT, não se pode de maneira subjetiva querer atacar a experiência técnico-profissional da licitante através do silêncio administrativo, conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello

o silêncio não é ato jurídico. Por isto, evidentemente, não pode ser ato administrativo. Este é uma declaração jurídica. Quem se absteve de declarar, pois, silenciou, não declarou nada e por isto não praticou ato administrativo algum.(...)

Ademais, acertadamente a CPL vislumbrou de forma objetiva a capacidade técnico-profissional da licitante atacada, exigida no edital, corroborando com acórdão do TCU:

TCU - 03379920130 (TCU)

INABILITAÇÃO INDEVIDA. UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIO MOTIVADOR DA INABILITAÇÃO NÃO PREVISTO NO EDITAL. AUDIÊNCIA. REJEIÇÃO DAS JUSTIFICATIVAS. MULTA. 1. É irregular a inabilitação de licitante em concorrência pública utilizando-se de critério e motivação não previstos no edital. 2. A ocultação de informação relevante à habilitação dos licitantes fere os princípios do processo licitatório como os da legalidade, publicidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao disposto no instrumento convocatório

(grifos nossos)

10



A decisão da CPL também encontra guarida em habilitar a licitante atacada nos seguintes acórdãos:

ACÓRDÃO 3291/2014-PLENÁRIO

Requisito, Capacidade técnico-profissional, Responsável técnico

Enunciado

A COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL DA LICITANTE DEVE LIMITAR-SE À INDICAÇÃO DE PROFISSIONAL detentor do acervo técnico estabelecido no edital que, À DATA DA CELEBRAÇÃO DA AVENÇA COM A ADMINISTRAÇÃO, ESTEJA VINCULADO à empresa por meio de contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum, sem, necessariamente, possuir liame com o quadro permanente da empresa licitante.

(grifos nossos)

ACÓRDÃO 2630/2011-PLENÁRIO

Outros indexadores

Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, Edital de licitação

Tipo do processo

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Enunciado

As exigências de qualificação técnica devem ser objetivamente definidas no edital, sob pena de violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(grifos nossos)

Ante exposto, lobriga que a recorrente busca avocar as vezes da Administração Pública, ao criar regras que simplesmente não existem no Edital, regras estas que, se existir, somente estão presentes no imaginário pessoal da recorrente, pois sua teratológica tese sequer menciona qual item do edital seria violado, todavia NÃO EXISTE QUALQUER ITEM QUE OBRIGUE A APRESENTAÇÃO DO REGISTRO. E ainda pior, a recorrente tenta obstar a administração em realizar diligência, mesmo com previsão EXPRESSA no anexo III do edital em comento.

Mesmo não sendo exigido pelo Edital, além da prova já apresentada na declaração, para fulminar de vez as alegações da recorrente, acosta documento oficial, de fé pública, a Carteira de Trabalho da jornalista Nai Frossard Magalhães, vinculado ao seu registro na DRT. n º001205/98, corroborando com a veracidade do Atestado do Instituto Felga IGracias, fl. 253,

b



o qual atestou um jornalista registrado, mencionado o número do Registro no DRT.

2) já em relação ao questionamento do item 2, no Recurso caolho da Licitante G.A.C, esta não abriu os olhos suficientes para enxergar que nas fls. 249/251 encontra-se o CAT, CERTIDÃO de acervo técnico(sic). Ademais, na própria CAT, das fls. 249/251, verifica-se na primeira folha que consta o registro do profissional no Crea-RJ 1976102966 e o seu RNP 2001833423, mesmo não sendo exigida a apresentação EXPRESSA do registro na entidade ou órgão competente.

Destarte como em nenhum momento o edital exigiu apresentação do registro do engenheiro, mas mesmo assim foi apresentado o número do registro na CAT, não se pode de maneira subjetiva querer atacar a experiência técnico-profissional da licitante através do silêncio administrativo, conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello

o silêncio não é ato jurídico. Por isto, evidentemente, não pode ser ato administrativo. Este é uma declaração jurídica. Quem se absteve de declarar, pois, silenciou, não declarou nada e por isto não praticou ato administrativo algum.(...)

Ademais, acertadamente a CPL vislumbrou de forma objetiva a capacidade técnico-profissional da licitante atacada, exigida no edital, corroborando com acórdão do TCU:

TCU - 03379920130 (TCU)

INABILITAÇÃO INDEVIDA. UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIO MOTIVADOR DA INABILITAÇÃO NÃO PREVISTO NO EDITAL. AUDIÊNCIA. REJEIÇÃO DAS JUSTIFICATIVAS. MULTA. 1. É irregular a inabilitação de licitante em concorrência pública utilizando-se de critério e motivação não previstos no edital. 2. A ocultação de informação relevante à habilitação dos licitantes fere os princípios do processo licitatório como os da legalidade, publicidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao disposto no instrumento convocatório

(grifos nossos)

A decisão da CPL também encontra guarida em habilitar a licitante atacada no seguintes acórdãos:

ACÓRDÃO 3291/2014-PLENÁRIO



Requisito, Capacidade técnico-profissional, Responsável técnico

Enunciado

A COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL DA LICITANTE DEVE LIMITAR-SE À INDICAÇÃO DE PROFISSIONAL

detentor do acervo técnico estabelecido no edital que, À DATA DA CELEBRAÇÃO DA AVENÇA COM A ADMINISTRAÇÃO, ESTEJA VINCULADO à empresa por meio de contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum, sem, necessariamente, possuir liame com o quadro permanente da empresa licitante.

(grifos nossos)

ACÓRDÃO 2630/2011-PLENÁRIO

Outros indexadores

Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, Edital de licitação

Tipo do processo

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Enunciado

As exigências de qualificação técnica devem ser objetivamente definidas no edital, sob pena de violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(grifos nossos)

Ante exposto, lobriga que a recorrente busca avocar as vezes da Administração Pública, ao criar regras que simplesmente não existem no Edital, regras estas que, se existir, somente estão presentes no imaginário pessoal da Recorrente, pois sua teratológica tese sequer menciona qual item do edital seria violado, todavia NÃO EXISTE QUALQUER ITEM QUE OBRIGUE A APRESENTAÇÃO DO REGISTRO. E ainda pior, a recorrente tenta obstar a administração em realizar diligência, mesmo com previsão EXPRESSA no anexo III do edital em comento.

Mesmo não sendo exigido pelo Edital a apresentação do registro, a CAT, CERTIDÃO de acervo técnico, fulmina de vez as alegações da Recorrente, documento oficial, de fé pública, já carreados aos autos do processo administrativo, dismantelandando a tese da recorrente.

3) quanto à alegação pela recorrente das certidões apresentadas de que a licitante atacada não comprova regularidade fiscal perante o ente municipal, demonstra total desconhecimento da organização administrativa do Poder Executivo de Nova Friburgo, sede da licitante atacada. Todavia a certidão



negativa de débitos, folha 235, já seria suficiente para comprovar a inexistência de débitos da licitante perante ao ente, sobretudo por ser clara em atestar:

*Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, certificamos que em **pesquisa junto ao sistema tributário utilizado por esta Municipalidade, não constam pendências em seu nome relativas atributos administrados pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, bem como inexistem inscrição em Dívida Ativa até a presente data.***

(grifos nossos)

A lei complementar 79, do município de Nova Friburgo, dispõe sobre as atribuições da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, órgão emissor da certidão apresentada pela licitante atacada, deixando patente a legitimidade ativa de tal órgão como o competente a **coordenar a política fazendária do município estabelecendo projetos, programas, e atividades relacionadas com as áreas financeira e tributária.**

Por outro giro, cabe mencionar que a certidão negativa de débitos refere-se também a dívida ativa a qual a procuradoria geral do município possui legitimidade ativa para perquirir judicialmente qualquer execução fiscal contra a licitante atacada e o que se revela é a **negativa de débitos** na mesma certidão.

A certidão de pessoa física/jurídica levantada pela licitante é emitida àqueles que não apresentam inscrição no ente municipal de Nova Friburgo, contudo a licitante atacada, inscrita no município, comprova, suficientemente, o adimplemento de suas obrigações ante ao poder público mencionado por meio da CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS, mas mesmo assim apresentou, ad cautela, as certidões negativas de quitação de ISS e alvará nas folhas 236 e 237 as quais referem-se as taxas e aos fatos geradores inerentes às atividades exercidas pela licitante atacada.

A acertada decisão da CPL em habilitar a licitante atacada encontra guarida na súmula do TCU, que *in verbis* diz:



Para fim de habilitação, a Administração Pública não deve exigir dos licitantes a apresentação de certidão de quitação de obrigações fiscais, e sim prova de sua regularidade.

Portanto, quando os únicos órgãos competentes a levantar quaisquer débitos certificam a negativa, não há que se falar em falta de comprovação de adimplemento dos débitos cumprindo assim o item V.01.02, "d" do edital. Destarte tornando frágil, rasa e pueril a tese aventada pela licitante, tendo em vista a lei LC 076 do Município de Nova Friburgo a qual destaca as atribuições do órgão que emitiu a CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS.

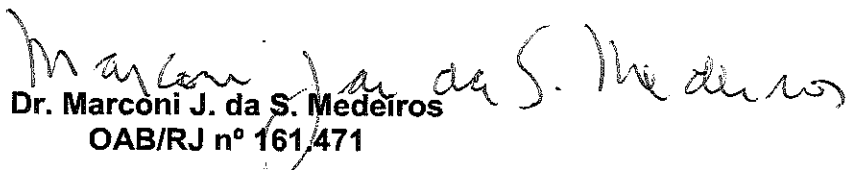
Vislumbra-se, mais uma vez, que a recorrente ataca desnecessariamente a acertada decisão da CPL em habilitar a recorrida, visto que esta cumpriu com as obrigações legais e documentais.

Pelo exposto, Requer a V. Ex.a que **SEJAM ACOLHIDAS AS PRELIMINARES ORA AVENTADAS, A FIM DE QUE O RECURSO ADMINISTRATIVO NÃO SEJA CONHECIDO**. E, caso seja suplantadas, por hipótese remota, as preliminares, que, **NO MÉRITO**, seja **NEGADO PROVIMENTO AO PRESENTE** Recurso Administrativo, com a manutenção da respeitável e acertada decisão da Comissão Permanente de licitação, que habilitou a Novidade TV Ltda, por ser mais lúdima justiça, conforme fartamente discorrido nas Contra-Razões nos itens 1, 2 e 3.

N. Termos,.

P. Deferimento.

Nova Friburgo, 10 de setembro de 2019.


Dr. Marconi J. da S. Medeiros
OAB/RJ nº 161.471



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 92 Fls. 523
PRESIDENTE DA C. P. L.

DOCUMENTO ANEXO
CTPS

A handwritten signature in dark ink, consisting of a stylized, cursive letter 'D' followed by a flourish.

MENSAGEM DO SENHOR MINISTRO

Criada em 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho.

Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento, por muitos ainda hoje conhecido como "carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Almir Pazzianotto Pinto



MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 93 Fls. 524

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

071RJ

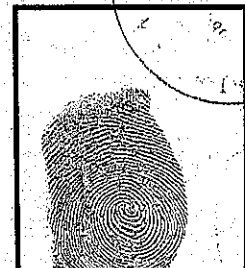
0514

Série

Número



Polegar Direito.



VISÃO DE

SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

ASSINATURA DO PORTADOR



CARTÓRIO 2º OFÍCIO

2º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE NOVA FRIBURGO - RJ

093484AA424399

Luiz Carlos Cartacione - Tabelião | R. Ernesto Brasileiro, 22 - Loja 26 - Centro - CEP: 28610-120

Tel.: (22) 2522-3658 - Fax: (22) 2522-8858

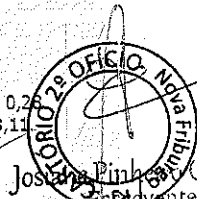


AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original.
Emols: R\$ 5,78. Fetj: R\$ 1,15. Fundperj: R\$ 0,28. Funperj: R\$ 0,28.
Funarpen: R\$ 0,23. Pmcmv: R\$ 0,11. Iss: R\$ 0,26. Total: R\$ 8,11

NOVA FRIBURGO/RJ, 04/09/2019.

JOSIANE P. CAMPOS. Em test. da verdade. Conf. EDEG 15026 QYK Consulte <https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico>



Josiane P. Campos

94/11244-MAT/CGJ

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Valdir Soares de
Magalhães
 Loc. Nasc. RS
 Est. RS Data 11/12/66
 Filiação Edson Magalhães
Soares de Magalhães
Soares de Magalhães
 Est. Civil solteiro Doc. Nº 07174662-2 IFP
 Fls. 01 Liv. 01 Reg. Civil 01
 Outro doc. 01
 Situação Militar: Doc. 01
 Nº 01 Órgão 01 Est. 01
 Naturalizado Dec. Nº 01 Em 01/01/01

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em 01/01/01
 Doc. Ident. Nº 01 Exp. em 01/01/01
 Estado 01
 Obs 01

Data Emissão 09/04/88 DRT RS

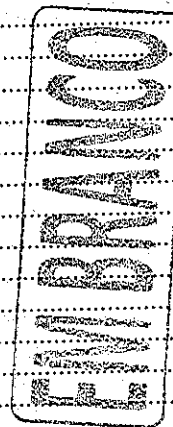
Assinatura do Funcionário

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome Valdir Soares de
 Loc. Nasc. RS
 Est. RS Data 11/12/66
 Filiação Edson Magalhães
Soares de Magalhães
Soares de Magalhães
 Est. Civil solteiro Doc. Nº 07174662-2 IFP
 Fls. 01 Liv. 01 Reg. Civil 01
 Outro doc. 01
 Situação Militar: Doc. 01
 Nº 01 Órgão 01 Est. 01
 Naturalizado Dec. Nº 01 Em 01/01/01



PROCESSO ADMINISTRATIVO
 Nº 912 Fls. 525
 PRESIDENTE DA C. P. L.



2º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE NOVA FRIBURGO - RJ 093484AA424398
 Luiz Carlos Cartacione - Tabelião | R. Ernesto Brasileiro, 22 - loja 26 - Centro - CEP: 28610-120
 Tel: (22) 2522-3658 - Fax: (22) 2522-8858

CARTÓRIO 2º Ofício

AUTENTICAÇÃO
 Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original.

Emols: R\$ 5,78. Fetj: R\$ 1,15. Fundperj: R\$ 0,28. Funperj: R\$ 0,28
 Funarpen: R\$ 0,23. Pmcmv: R\$ 0,11. Iss: R\$ 0,28. Total: R\$ 6,81.

NOVA FRIBURGO/RJ, 04/09/2019.
 JOSIANE P. CAMPOS. Em test. da verdade Conf. da verdade
 EDEG 15025 YPD Consulte <https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico>



Josiane Pinheiro Campos
 Escrevente
 94/11244-MAT/CGJ



DEPENDENTES

Registrado em 09.02.87 como

Nº 15665 Liv. 96 Fls. 30-1 Data 09/02/98

DRT 00130578 YOUNG, MERRILL PERCIVAL

DRT/RJ - CHEFE DA SEÇÃO DE REGISTRO

S. R. - MAT. 0758118

Registrado em/...../..... como

Nº Liv. Fls. Data

DRT

Ass. do Funcionário

Registrado em/...../..... como

Nº Liv. Fls. Data

DRT

Ass. do Funcionário

Registrado em/...../..... como

Nº Liv. Fls. Data

DRT

Ass. do Funcionário

Nome	Est. Civil	Idade	Grau Parentesco
<div style="border: 1px solid black; padding: 10px; transform: rotate(-90deg); transform-origin: center;"> COPIA DE 1998 </div>			

CARTERAS ANTERIORES

[illegible]

2º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE NOVA FRIBURGO - RJ

2º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE NOVA Friburgo - RJ
Luiz Carlos Cartacione - Tabelião | R. Ernesto Brasília, 22 - loja 26 - Centro - CEP: 28610-120
Tel: (22) 2522-3658 - Fax: (22) 2522-8858

093484AA424397

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO
 Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original

Emols: R\$ 5,78. Fetj: R\$ 1,15. Fundperj: R\$ 0,28. Funperj: R\$ 0,28. Total: R\$ 7,41

NOVA FRIBURGO/RJ, 04/09/2019.

NOVA FRIBURGO/RJ, 04/09/2019.
JOSIANE P. CAMPOS. Em test. _____ da verdade. Conf. _____
EDEG 15024 LJS Consulte <https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico>

ED EG 15024 LJS Consulte <https://www3.tj>



Josiane Pinheiro Campos
Escrevente
94/11244-MAT/CGJ

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador **JORNAL DO BRASIL S.A.**
SUCURSAL DE BRASÍLIA
 CGC/MF. **33.330.564/0018-90**
 Rua **SCS - ED. DENASA - 2º AND. Nº**
 Município **BRASÍLIA** Est. **DF**
 Esp. do estabelecimento **EMPRESA JORNALÍSTICA**
 Cargo **REPORTER "A"**
 C.B.O. nº **15240**
 Data admissão **05** de **NOVEMBRO** de 19 **90**
 Registro nº **599** Fls./Ficha
 Remuneração especificada **R\$ 70.000,00**
(SETENTA MIL CRUZEIROS) MEN-
SALIS.
JORNAL DO BRASIL S.A.
 Ass. do empregador ou a cargo c/test.
 Gerente Administrativo
 1º **2º**
 Data saída **04** de **MAIO** de 19 **93**
 Ass. do empregador ou a cargo c/test.
 Gerente Administrativo
 1º **2º**
 Com. Dispensa CD Nº

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador **SASSE - CIA. NACIONAL DE**
SEGUROS GERAIS
 CGC/MF. **ED. NUMBER ONE**
 Rua **SCN Qd. 1 Lt. A-15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100**
 Município **BRASÍLIA** Est. **DF**
 Esp. do estabelecimento **Assessoria**
 Cargo **Assessoria**
 C.B.O. nº **24190**
 Data admissão **04** de **OUTUBRO** de 19 **94**
 Registro nº **05423-2** Fls./Ficha
 Remuneração especificada **R\$ 1.633,33**
(Um mil seiscentos e trinta e três
reais e trinta e três
centavos), mensais.
SASSE - CIA. NACIONAL DE Seguros Gerais
 Ass. do empregador ou a cargo c/test.
 1º **2º**
 Data saída **08** de **MAIO** de 19 **95**
 Ass. do empregador ou a cargo c/test.
 1º **2º**
 Com. Dispensa CD Nº **2945 124521**



2º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE NOVA FRIBURGO - RJ
 Luiz Carlos Cartacione - Tabelião - R. Ernesto Brasileiro, 22 - Loja 26 - Centro - CEP: 28610-120
 Tel: (22) 2522-3658 - Fax: (22) 2522-8858

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original.
 Emols: R\$ 5,78. Fetj: R\$ 1,15. Fundperj: R\$ 0,28. Funperj: R\$ 0,23. Pmcinv: R\$ 0,11. Iss: R\$ 0,28. Total: R\$ 8,81.

NOVA FRIBURGO/RJ, 04/09/2019.

JOSIANE P. CAMPOS. Em test. da verdade. Conf.
 EDEG 15023 XID Consulte https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico



Josiane Pinheiro Campos
 Escrevente
 94/11244-MAT/CGJ



PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº **93** Fls. **527**

PRESIDENTE DA C. P. L.

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

CGC 28.606-630/0001-23

CGC/MF Av. Alberto Braune, 225

Rua CEP 28.610 Centro

Município Nova Friburgo-RJ

Esp. do estabelecimento Público

Cargo Repórter

CBO. n°

Data admissão 08 de Maio de 1995

Registro n° Fls/Ficha

Remuneração especificada R\$ 163,00 (cento e

oitenta e três reais)

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1° 2°

Data saída 06 de Maio de 1995

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1° 2°

Com. Dispensa CD N°

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador CANAL E TRANSMISSÕES

INTERTV LTDA.

CGC/MF 31.396.583/0003-07

Rua Gentio do Ouro, N° 281111A

Município Nova Friburgo RJ

Esp. do estabelecimento Radiodifusão de Sons e Imagens

Cargo Repórter I

CBO. n° 15240

Data admissão 08 de Maio de 1996

Registro n° 9758 Fls/Ficha 305

Remuneração especificada R\$ 402,80 (Quatro

centos e dois reais e oitenta

centavos) p/mês.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1° 2°

Data saída 10 de Novembro de 2003

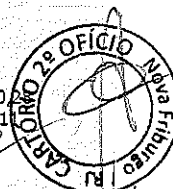
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1° 2°

Com. Dispensa CD N° 2945 124521

2º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE NOVA FRIBURGO - RJ
 Luiz Carlos Cartagone - Tabelião | R. Ernesto Brasileiro, 22 - loja 26 - Centro - CEP: 28610-120
 Tel.: (22) 2522-3658 - Fax: (22) 2522-8858

AUTENTICAÇÃO
 Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original.
 Emols: R\$ 5,78. Fetj: R\$ 1,15. Fundper: R\$ 0,28. Funper: R\$ 0,28. Funarpen: R\$ 0,23. Pmcvm: R\$ 0,11. Iss: R\$ 0,28. Total: R\$ 8,10.
 NOVA FRIBURGO/RJ, 04/09/2019.
 JOSIANE P. CAMPOS. Em test. da verdade Conf.
 EDEG 15022 OYK Consulte https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico



Josiane Pinheiro Campos
 Escrevente
 94/11244-MAT/CGJ



PROCESSO ADMINISTRATIVO
 N° 92 Fls. 528
 PRESIDENTE DA C. P. L.

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato de trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)
 Firmado em separado instrumento circunstanciado do contrato de trabalho, pelo prazo de 30 (trinta) dias prorrogável por mais 60 (sessenta) dias, a título de experiência.

CANAL E TRANSMISSÕES INTERTV. LTDA

Firmado Acordo de 2 (dois) meses extras contratual para

CANAL E TRANSMISSÕES INTERTV. LTDA

Horário fixado em
 escala de revezamento

CANAL E TRANSMISSÕES INTERTV. LTDA

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato de trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

REGISTRO

15665

DE

Yperu alvete

TOMOU-SE DEFINITIVO COM APRESENTAÇÃO

DO DIPLOMA COM SOCIAL E HONOR

YPERU ALVETE MEC. 20129-LIV-15

P.L.S. 66-V-2-PI-08/143-U-6F

EM 01, 02, 198

CARLOS CARVALHO M. ALVETE

Ass:

CARLOS CARVALHO M. ALVETE

DRT/RJ - CHEFE DA SEÇÃO DE REGISTRO

S. R. MAT. 0758119



2º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE NOVA FRIBURGO - RJ

Luiz Carlos Cartacione - Tabelião | R. Ernesto Brasileiro, 22 - loja 26 - Centro - CEP: 28610-120
 Tel.: (22) 2522-3658 - Fax: (22) 2522-8858

093484AA423874

CARTÓRIO 2º OFÍCIO

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original.

Emols: R\$ 5,78. Fetj: R\$ 1,15. Fundperj: R\$ 0,28. Fupperj: R\$ 0,28

Funarpen: R\$ 0,23. Pmcmv: R\$ 0,11. Iss: R\$ 0,28. Total: R\$ 8,03

NOVA FRIBURGO/RJ, 06/09/2019.

RENATA M. DE CARVALHO. Em test. da verdade. Conf.
 EDEM 09525 PFVW Consulte https://www3.rj.jus.br/sitepublico



Renata Maia de Carvalho
 Estrevente
 94711400-MAT/CGI



PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 93 Fls. 529

PRESIDENTE DA C. P. L.

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

A partir de 01.10.97, a funcionária passou a exercer a função de Apuradora Ponto Pêno.

CANAL E TRANSMISSÕES INTERTV LULA

A partir de 01.08.00, a funcionária passou a exercer a função de Editor Pêno.

CANAL E TRANSMISSÕES INTERTV LULA

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

MTB/IN/GR/AL/EDT/NF
SEÇÃO DE EMPREGO

Dou entrada no seguro-desemprego com o requerimento nº 1945/24529

Em 17.11.03

2º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE NOVA FRIBURGO - RJ

Luiz Carlos Cartacione - Tabelião | R. Ernesto Brasília, 22 - loja 26 - Centro - CEP: 28610-120
Tel.: (22) 2522-3658 - Fax: (22) 2522-8858

093484AA423875

CARTÓRIO 2º Ofício



AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original.

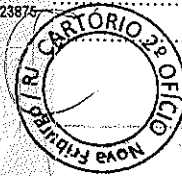
Emols: R\$ 5,78. Fet: R\$ 1,15. Fundperj: R\$ 0,28. Fupperj: R\$ 0,28

Funarpen: R\$ 0,23. Pmcmv: R\$ 0,11. Iss: R\$ 0,28. Total: R\$ 8,11.

NOVA FRIBURGO/RJ, 06/09/2019.

RENATA M. DE CARVALHO. Em test. da verdade. Conf.

EDEM 09526 FDY. Consulte <https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico>



Renata Maia de Carvalho
Escritor
94/11400-MAT/CGJ



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 93 Fls. 530
PRESIDENTE DA C.P.L.